

EUROPA



Editorial

VOTOS DE ABRIL

Edite Estrela *

Escrevo no dia em que a Revolução dos Cravos faz 33 anos e no rescaldo da primeira volta das presidenciais em França. Neste contexto, compreendem certamente as minhas divagações e os votos que formulo.

Alguém disse que o século XXI vai ser o século da Mulher. Não é preciso fazer futurologia para se acreditar que nos aguardam tempos de grande afirmação da mulher, de aumento da sua representação na vida política e económica e, consequentemente, de acréscimo do poder exercido no feminino.

Tendo em conta esta tendência - cuja concretização poderá ser mais ou menos morosa, mas incontornável - gostaria que, neste Ano Europeu da Igualdade para Todos, fossem eficazmente combatidas todas as formas de discriminação e houvesse sinais claros de que as mentalidades estão a mudar e de que as sociedades se vão tornando mais paritárias, logo, mais justas e solidárias. Para começar, seria um excelente sinal se Ségolène Royal fosse a próxima Presidente da França. E, depois, para consolidar a tendência, a eleição de Hillary Clinton para presidir aos destinos da maior potência mundial. Curiosamente, idêntica opinião é hoje expressa por leitor do Le Monde que refere também Ângela Merkel. Seria, aliás, interessante verificar até que ponto se alteraria o rumo da União Europeia se houvesse duas mulheres à frente de dois países tão decisivos como são a Alemanha e a França!

Os tempos são difíceis. Muitos dizem que o mundo anda estranho e que a Europa, qual personagem de Pirandello, anda à procura de "autor" e de actores. As tradicionais soluções, como as palavras para sair da crise, estão gastas. Para contrariar a deriva, é preciso ousar, inovar, explorar novas fórmulas e desbravar outros rumos. Testar diferentes modelos. Com mais mulheres a formar opinião e a decidir.

Quanto às eleições em França, depois duma dupla vitória da democracia no passado dia 22 deste mês - a da mais elevada afluência às urnas (85%) desde 1965 e a da marginalização da frente Nacional de Le Pen (perdeu um milhão de votos) - os franceses dariam uma prova de abertura e confiança no futuro se, no dia 6 de Maio, elegessem a candidata socialista. Seria bom para a França, para os portugueses residentes em França e para a Europa. O que se passar em França vai ter consequências no seio da União Europeia. Como escreveu recentemente Edgar Morin, a França não vive num compartimento fechado nem num mundo parado.

Espero que os imigrantes portugueses, na hora de decidir e votar, não deixem de ponderar as características dos dois candidatos e os respectivos programas. Vão ter de escolher entre quem tem sensibilidade social, respeita a voz do povo e pretende devolver a esperança aos mais jovens, Ségolène Royal, e quem defendeu durante a campanha as ideias de Le Pen, em matéria de imigração e segurança, Nicolas Sarkozy. A segurança é importante, mas não há só a via da repressão para a alcançar, como pretende o candidato da direita. A segurança constrói-se com mais justiça social, com criação de emprego para os jovens, com a integração dos imigrantes. É este o melhor caminho para "inventar uma França nova, simultaneamente protectora e dinâmica".

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

UNIÃO QUER MAIOR EFICÁCIA NO COMBATE À CRIMINALIDADE E AO TERRORISMO

Tornar mais eficaz a cooperação policial transfronteiriça e a luta contra o terrorismo e a criminalidade, são os objectivos centrais de um relatório da autoria do deputado Fausto Correia, que agora começa em discussão no Parlamento Europeu.

O relatório tem como base o Tratado de Prüm, inicialmente assinado por seis Estados-membros e que conta já com outros seis que manifestaram a intenção de aderir, entre eles Portugal. A presidência alemã da União Europeia deu início ao debate sobre a incorporação de alguns aspectos do Tratado de Prüm na ordem jurídica comunitária, decidida numa reunião do conselho de ministros da Justiça e dos Assuntos Internos, em Janeiro deste ano.

O Tratado de Prüm define um quadro legal que visa o desenvolvimento da cooperação entre os Estados-membros no domínio da luta contra o terrorismo, a criminalidade transfronteiriça e a imigração ilegal. Mais especificamente, regula o intercâmbio de informações sobre ADN, impressões digitais, registo de veículos e dados pessoais e não pessoais no âmbito da cooperação policial transfronteiriça entre as partes contratantes.

Para Fausto Correia, membro da Comissão das Liberdade Cívicas, Justiça e Assuntos Internos, a principal preocupação deve residir no equilíbrio entre, por um lado, as exigências de uma cooperação policial operativa e eficiente no combate às principais ameaças aos alicerces da União Europeia e, por outro, a protecção e promoção dos direitos fundamentais. Na sua opinião, este equilíbrio "passa essencialmente por reflectir sobre a pro-



Fausto Correia é autor do relatório sobre a cooperação entre os Estados-membros de alguns aspectos definidos no Tratado de Prüm



porcionalidade das medidas previstas e aferir se poderá haver formas restritivas de alcançar os objectivos de prevenção e repressão".

No entanto, o deputado exprime al-

gumas críticas ao Tratado, designadamente por ter sido negociado e adoptado sem a sujeição a um controlo dos parlamentos nacionais nem do Parlamento Europeu, que só agora é envolvido através da consulta sobre o projecto de decisão do Conselho. Por outro lado, Fausto Correia considera a incorporação na ordem jurídica da União Europeia um passo no sentido certo, pois contribui para a transparência e a certeza jurídica, lamentando, não obstante, que a proposta de transposição apenas diga respeito a algumas partes do Tratado, designadamente as que estão relacionadas com o "terceiro pilar", isto é no âmbito da justiça e dos assuntos internos.

APROVADO RELATÓRIO SOBRE INUNDAÇÕES

O Parlamento Europeu aprovou por uma larga maioria o relatório sobre a nova legislação comunitária sobre a "Avaliação e gestão das inundações". A porta-voz dos socialistas para este dossier, Edite ESTRELA, manifestou o agrado do seu Grupo pelo resultado da votação e dos compromissos obtidos "que vão ao encontro das nossas prioridades e correspondem ao objectivo fundamental: assegurar a protecção da saúde humana, do ambiente, do património cultural e das actividades económicas".

Socialistas portugueses e espanhóis consideram muito importante que a

futura directiva deixe aos Estados-Membros um alto grau de flexibilidade na determinação do nível de protecção necessário e nas medidas de transposição que se devam adoptar com este fim. Deste modo, territórios especialmente sensíveis, como é o caso da Península Ibérica, poderão prevenir os riscos com base nas distintas situações geográficas, hidrológicas e de recursos humanos que apresentam.

Na nova directiva, também se faz apelo ao princípio da solidariedade, ao diálogo e à coordenação entre países vizinhos. "Assim, os Estados-Membros - explica

Edite Estrela - não poderão adoptar, unilateralmente, medidas que façam aumentar o risco de inundações noutros Estados-Membros, a menos que tais medidas tenham sido acordadas entre os Estados-Membros visados".

O relatório aprovado inclui prioridades defendidas pelo Grupo Socialista e que são essenciais para os países do Sul tais como: referências às alterações climáticas, coordenação desta legislação com a Directiva Quadro da Água, riscos de contaminação ligados às inundações e promoção do uso sustentável dos solos.

Visto de Portugal

O TRATADO DA UNIÃO: A SUBSTÂNCIA E A FORMA



José Lamego
Deputado

Aquando da discussão do Tratado da União, há cerca de quatro anos, verificaram-se algumas clivagens no campo daqueles que, em Portugal, tinham contribuído para formatar o consenso europeu. Algumas das clivagens eram de raiz, sobretudo, semântica, entre uma pulsão federalista na realização de uma convenção com vista à elaboração de uma Constituição europeia; outras diziam respeito mais à substância, identificando no texto do Tratado Constitucional um excesso de ceder de competências a instituições supranacionais e, mais do que isso, uma dinâmica de concentração de poderes nos Estados de maior dimensão.

O Tratado Constitucional, seja ou não politicamente conveniente admiti-lo, é já um nado morto. Pouco sentido faria insistir hoje no relançamento do seu processo de ratificação. Só que a morte do Tratado, ocorrida às mãos dos referendos na França e na Holanda, não tem que ver com o hermetismo do seu texto ou sequer com o arrojo da arquitectura institucional que propunha; e, muito menos, com o facto de não dar acolhimento às preocupações reais dos cidadãos ou, como algumas boas almas pretendem, ser expressão de uma visão neo-liberal da construção europeia. Não: a rejeição do Tratado foi, sobretudo, uma reacção instintiva ao alargamento e um reflexo de defesa perante a pressão da emigração. O fantasma do canalizador polaco usado no referendo em França ia bem ao encontro dos receios que atormentavam sectores consideráveis da população, até mesmo parte daqueles que votavam à esquerda, como a divisão no PS francês veio dramaticamente testemunhar.

Admito que o Tratado Constitucional tenha sido, como se diz, um passo maior que a perna. Mas qualquer reforma dos Tratados fica à partida inviabilizada se, do ponto de vista procedimental, a sua ratificação estiver dependente de referendos sucessivos nos 27 Estados membros. Não assumir esta verdade singela equivale a dar por terminado o aprofundamento institucional do processo de integração europeia.

Se não houver um modo simples, e ao mesmo tempo com credenciação democrática forte, de ratificação do futuro Tratado, os esforços de concertação diplomática para a sua elaboração estarão, inevitavelmente, condenados ao fracasso. No meu entender, a aprovação por unanimidade no Conselho Europeu – uma vez que se trata de um processo de negociação entre Estados –, acrescida das votações no Parlamento Europeu e em cada um dos Parlamentos nacionais, conjuga as legitimidades necessárias e configura uma credenciação democrática suficiente.

Reclamar o referendo faz sentido para aqueles que, em Portugal, sempre se colocaram à margem do consenso europeu. Já é mais estranho que ele seja defendido por quem tem contribuído para a formatação desse consenso. Um texto simples, limitado às questões essenciais ao funcionamento da União, é aquilo com que razoavelmente se pode vir a contar. Nada de perfeccionismos burocráticos ou excesso de construtivismo institucional. Mas, preliminarmente a esse pragmatismo quanto à substância, é preciso um acordo quanto ao procedimento.

É possível que nos países onde as regras constitucionais internas exigem o recurso ao referendo as dificuldades sejam de maior monta na adesão a um método uniforme de ratificação. Mas sem acertar essa questão procedimental, todas as Convenções ou Conferências Intergovernamentais para a reforma dos Tratados serão meros prelúdios de um fracasso anunciado.

A gestão de todas as questões políticas, por mais óbvias que elas sejam, requer sempre alguma subtileza e bastante amadurecimento. Esta não constituirá, decerto, excepção. Mas que ela se vai impor com meridiana clareza, a breve prazo, isso parece-me evidente.

ELEIÇÕES EM TIMOR-LESTE DEMONSTRAM EMPENHO DEMOCRÁTICO DA POPULAÇÃO

Os timorenses demonstraram um profundo sentido cívico e empenho no funcionamento democrático do seu país, como forma de resolver pacificamente conflitos e ultrapassar a crise que Timor atravessa desde 2006, afirmou a deputada Ana Gomes, que chefiou a missão do Parlamento Europeu de observadores às eleições presidenciais que se realizaram no território no passado dia 9 de Abril.

No relatório preliminar da Missão de Observação Eleitoral apresentado conjuntamente pelo responsável da União Europeia Javier Pomés e por Ana Gomes, são feitas algumas recomendações e observações positivas sobre o acto eleitoral, sublinhando o elevado nível de afluência às urnas e o exercício do direito de voto de forma pacífica.

As eleições presidenciais de 9 de Abril passado, as primeiras que se realizam depois da independência em 2002, decorreram um ano após a mais grave crise interna por que Timor passou. Daí que o relatório sublinhe que a realização das eleições, à qual concorreram oito candidatos, bem como as legislativas que se lhe seguirão em 30 de Junho, “constituem um passo indispensável na criação de instituições democráticas mais fortes e responsáveis”.

O relatório refere que o quadro legislati-



Ana Gomes chefiou uma missão do PE de observadores às eleições presidenciais de 9 de Abril, em Timor-Leste

vo em que decorreram as eleições “está genericamente em conformidade com os padrões internacionais para eleições democráticas, embora contenha lacunas significativas e tenha sido finalizado tardiamente”. Afirma-se também que, entre os aspectos problemáticos que devem ser revistos, estão “o registo dos eleitores e a falta de poderes de aplicação da lei e de sanções para assegurar o seu cumprimento”.

O relatório refere ainda que a sociedade civil teve uma participação activa e

contribuiu para a transparência do processo democrático, “através de um número impressionantemente elevado de observadores”, totalizando 1.854, integrados em 58 grupos.

No dia das eleições, os observadores visitaram 160 assembleias de voto de um total das 705 existentes nos 13 distritos, a fim de verificarem a votação e os procedimentos de contagem.

De acordo com os resultados apurados, passaram à segunda volta, que se realiza em 9 de Maio, os candidatos Francisco Guterres (Luolo), da FRETILIN, e o actual Primeiro-Ministro José Ramos Horta, que concorreu como independente.

Ana Gomes declarou-se confiante na aceitação dos resultados por todos os candidatos, de forma a garantir que a segunda volta das presidenciais e as legislativas possam decorrer também em segurança e com grande mobilização.

EURODEPUTADOS DISCUTEM EM MOSCOVO DEMOCRACIA E QUESTÕES ENERGÉTICAS

O respeito pelos direitos fundamentais e a cooperação energética no âmbito do novo Acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e a Rússia foram dois dos temas centrais discutidos entre deputados do Parlamento Europeu e da Duma russa, numa reunião da Comissão Parlamentar de Cooperação UE/Rússia, da qual faz parte o deputado Joel Hasse Ferreira.

O Acordo de Parceria e Cooperação, que será objecto de uma atenção especial na Cimeira UE/Rússia durante a presidência Portuguesa da União Europeia no sentido da sua conclusão e implementação, é um documento vinculativo para ambas as partes que entrou em vigor em 1997, mas sofreu algumas perturbações ao longo dos anos.

O Acordo tem como principal objectivo encorajar a cooperação ao mais alto nível entre a União Europeia e a Rússia nos domínios político, económico, comercial e cultural e coloca os Direitos Humanos e os processos democráticos no centro das preocupações, pelo que é recorrentemente abordado pelos responsáveis das instituições europeias.

Segundo o deputado Hasse Ferreira, no encontro entre os parlamentares europeus e russos foram discutidas de forma “profunda e alargada” questões relacionadas com a democratização da Rússia, liberdade de imprensa e respeito pelas organizações não governamentais, tendo permitido “esclarecer divergências e trabalhar sobre as convergências



Os membros da Comissão Parlamentar de Cooperação UE/Rússia reuniram em Moscovo com os deputados da Duma

existentes”.

As questões energéticas foram igualmente outro dos pontos relevantes abordados, com particular enfoque na segurança no fornecimento da energia, questão considerada essencial. Para o Parlamento Europeu, é necessário ultrapassar as disputas sobre as questões do fornecimento do gás da Rússia aos seus vizinhos, fundamental também para

garantir um abastecimento seguro aos Estados-membros da União.

A Rússia é um parceiro estratégico da União Europeia, partilhando muitos dos seus desafios e interesses, plasmados no Acordo de Parceria. Entre outras questões, re-fira-se que a Rússia fornece mais de um quarto do petróleo e do gás à União Europeia, além de ser um grande fornecedor de produtos energéticos e ser um importante mercado para os produtos e serviços da União, numa relação de forte interdependência.

Conforme se pode ler no documento das presidências conjuntas da União Europeia, o Conselho pretende “reforçar a parceria estratégica com a Rússia, com base em valores comuns, a fim de estabelecer uma parceria genuína e de cooperação em matéria de política externa e questões de segurança, bem como no domínio da energia”.

EUROPA VAI REFORMAR INSTRUMENTOS DE POLÍTICA COMERCIAL

“De que forma vai a União Europeia participar na regulação do comércio internacional, projectando alguns valores básicos que a identificam, como uma economia competitiva e, ao mesmo tempo, uma sociedade mais solidária e coesa”, interrogou o deputado Francisco Assis, no plenário de Estrasburgo, realizado em Março.

Tendo por base o Livro Verde sobre a reforma dos instrumentos de política comercial da União Europeia, actualmente em fase de consulta pública, o Parlamento discutiu algumas das propostas que constam do documento, com a presença do comissário Peter Mandelson, responsável pelo Comércio Internacional.

Com o lançamento do Livro Verde, a Comissão Europeia pretende estimular o debate sobre os instrumentos de defesa comercial entre os quais se contam as medidas anti-dumping, as medidas de salvaguarda e a concessão de subsídios. Algumas das medidas em discussão estão relacionadas com a regulação do comércio internacional, outras com o impacto da globalização no sistema de defesa comercial europeu, outras ainda sobre a transparência dos processos.

“A questão fundamental é precisamente saber como é que a União Europeia deve usar os instrumentos de defesa comercial



Francisco Assis interrogou a Comissão sobre como vai a Europa usar os instrumentos de defesa comercial

que estão à sua disposição para garantir o respeito pelas regras de um comércio justo e para participar activamente no processo de regulamentação do comércio internacional”, afirmou Francisco Assis.

A última revisão dos instrumentos de defesa comercial foi feita em 1996, tendo entretanto ocorrido uma profunda transformação a nível da economia global. “Muito mudou desde então na forma como as empresas europeias operam nos mercados internacionais. Muitas empresas europeias produzem agora bens total ou parcialmente em países terceiros para importarem para a União”, afirmou o comis-

sário Peter Mandelson, sublinhando que estas alterações desafiam a compreensão corrente daquilo que constitui a produção comunitária e os interesses económicos da União Europeia.

“Já tivemos aqui oportunidades de ver que há divergências naturais e interesses contraditórios dentro da própria União Europeia. Os interesses dos produtores não são necessariamente coincidentes com os dos grandes importadores e os interesses imediatos dos consumidores também não têm necessariamente de ser coincidentes com os de uns e de outros”, disse, por sua vez, Francisco Assis.

Segundo o comissário Mandelson, a União Europeia não verá os seus instrumentos de defesa comercial “transformados em medidas para proteger a indústria europeia de uma competição justa e legítima”. “Um proteccionista não reconhece a diferença entre uma competição dura e uma competição desleal. Nós sabemos. O nosso sistema sabe. Esta é a diferença entre protecção e protecção”, afirma o comissário.

Para Francisco Assis, há que defender o modelo económico e social europeu, mas tendo sempre como limite não cair no erro do protecçãoismo. “Essa é hoje a questão fundamental com que a União Europeia está confrontada”, afirma o deputado.

UNIÃO APERFEIÇA POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA

A política de concorrência da União Europeia vai ser aperfeiçoada através de uma abordagem mais eficaz de aspectos como a luta contra os cartéis, uma consideração mais criteriosa dos auxílios de Estado em determinados sectores e o lançamento de análises sectoriais que permitam conhecer melhor a situação das actividades económicas e respectivas tendências de evolução.

Estas considerações fazem parte do relatório da Comissão dos Assuntos Económicos Monetários sobre a política de concorrência (2005) de que é autora a deputada Elisa Ferreira. A deputada congratula-se com as orientações gerais da reforma empreendida pela Comissão Europeia na política de concorrência, considerando bem-vindos os aperfeiçoamentos em áreas como os inquéritos sectoriais a sectores fundamentais como a energia e serviços financeiros, a harmonização de procedimentos no âmbito de processo de clemência, a possibilidade de reparação de danos causados por



Elisa Ferreira é autora de um relatório sobre a política de concorrência da União Europeia

práticas anti-concorrenciais e o reforço das sanções sobre os cartéis.

Para o Parlamento Europeu, a necessidade de uma nova abordagem na política de concorrência em sectores como o da energia verifica-se em virtude do “relativo fracasso” em alcançar uma verdadeira concorrência

devido à posse de elevadíssimas quotas de mercado dos operadores históricos.

A deputada considerou preocupante o facto de no mercado de energia alguns Estados-membros não criarem condições de concorrência suficientes, persistindo antes na protecção da posição dos operadores nacionais.

Quanto aos auxílios do Estado, o relatório, na linha das propostas da Comissão Europeia, preconiza o aumento da transparência e da prestação pública de contas. Sublinha também o princípio da compatibilidade entre auxílios do Estado e a política de coesão da União Europeia e que o auxílio regional individual aprovado à margem dos regimes de auxílio regionais autorizados implica riscos mais elevados de distorção da concorrência.

Elisa Ferreira chama também a atenção para “o carácter artificial” de certas deslocalizações de empresas dentro do Mercado Interno, geradas pela concorrência entre auxílios de Estados-membros.

Visto de Bruxelas

PARLAMENTO APROVA CONTAS DA COMISSÃO



Paulo Casaca
Porta-voz do Grupo Socialista Europeu na Comissão de Controlo Orçamental

Apesar de passar geralmente despercebido entre nós, o poder do Parlamento Europeu de dar quitação à Comissão Europeia pela execução do orçamento anual é o seu principal poder, e isto é assim não só porque foi

desta forma e por este mecanismo que o Parlamento Europeu levou à demissão da Comissão Europeia – o que aconteceu em 1999 com a Comissão Santer – mas também porque é esse o único poder não partilhado do Parlamento Europeu. Esta é a única matéria, consagrada no artigo 276º do Tratado, em que o Conselho se limita a dar uma recomendação e é o Parlamento a actuar com toda a sua autoridade.

Na sessão plenária de Abril esteve em cima da mesa a avaliação da Comissão Europeia no exercício orçamental de 2005, sendo que, de acordo com a sua regulamentação interna, o Parlamento Europeu tinha a possibilidade ou de dar a quitação ou de adiar uma decisão até ao final do ano, altura em que teria necessariamente de dar uma opinião definitiva. Neste caso o Parlamento considerou estarem reunidas as condições para conceder a quitação.

A Comissão do Controlo Orçamental (COCOBU) gere todo o processo da quitação. A mim, como porta-voz dos socialistas europeus, cabe-me a tarefa de coordenação e de direcção política do debate, sendo que o Tribunal de Contas trabalha em estreita cooperação com a COCOBU neste exercício.

Um dos maiores problemas deste procedimento – que está em vigor desde a aplicação do Tratado de Maastricht – é o de que o Tribunal de Contas nunca produziu uma declaração positiva relativa à regularidade e legalidade das operações a que se referem as contas prevista no artigo 248º do Tratado.

Situação embaraçosa para as instituições europeias e fonte inesgotável de tiradas críticas das forças eurocéticas, a ausência de uma declaração positiva do Tribunal acabou por ser encarada como o maior problema estrutural de todo o processo de quitação.

A doutrina do Tribunal nesta matéria, baseada em tradições mais em voga no Norte da Europa, vai no sentido de considerar não ser necessário dar justificações detalhadas das razões de ser das suas decisões e das metodologias que utiliza para chegar às taxas de erro, que são as bases quantificadas para os seus pareceres.

A Comissão Europeia, que só recentemente começou a utilizar um sistema de auditoria interna, tão pouco faz qualquer luz sobre as bases metodológicas dos seus cálculos.

No seu relatório de 2005, o Tribunal de Contas faz uma distinção sobre os sectores que entende serem merecedores de uma declaração positiva e, embora de forma não exaustiva, dá alguns exemplos sobre o que considera serem erros substantivos (os que têm incidência orçamental) e apresentou na COCOBU alguns esclarecimentos importantes sobre as suas normas metodológicas.

É minha opinião de que a metodologia para a determinação dos erros substantivos deve ser pública e totalmente transparente, e isto tanto da parte do Tribunal como da parte da Comissão, sendo naturalmente aconselhável que se chegue a uma metodologia comum. Os resultados devem também eles ser públicos e sujeitos, tanto quanto possível, ao escrutínio.

Para além disso, é também necessário fazer uma tipificação clara do que se entende ser a observação da legalidade, a fim de evitar que a falta de cumprimento generalizada de alguma legislação comunitária possa ser transformada num problema de aplicação do orçamento comunitário.

Só nesta base, poderemos então traçar diagnósticos precisos e apontar metas para reconduzir a maioria da despesa comunitária ao padrão de legalidade e regularidade que é exigida pelo Tratado.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elisa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais; Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Controlo Orçamental

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu
Editor Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.** 213 822 037 **Email** ppisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

SOUSA PINTO PRESIDE À DELEGAÇÃO PARA O MERCOSUL

O deputado Sérgio Sousa Pinto foi eleito presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Mercosul. Esta delegação desenvolve trabalho parlamentar no âmbito das relações entre o Parlamento Europeu e o bloco de países que constitui o Mercosul, designadamente o Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela, que aderiu em Julho de 2006. A Bolívia e o Chile têm o estatuto de membros associados. O Mercosul foi inicialmente estabelecido como uma zona de comércio-livre, e evoluiu depois para uma união aduaneira. Uma das maiores crises por que passou o Mercosul foi quando em 2002 a economia da Argentina entrou em colapso. Sérgio Sousa Pinto sucede a Massimo D'Alema, actualmente ministro dos Negócios Estrangeiros de Itália.

REFUGIADOS IRAQUIANOS EM DEBATE

O drama dos refugiados iraquianos e o papel dos países no acolhimento, foram os temas centrais de um debate organizado pelo deputado Paulo Casaca. O evento decorreu no âmbito da plataforma de Diálogo "Iraque com um futuro", criada pelo deputado em Janeiro deste ano, tendo contado com a presença dos embaixadores junto da União Europeia do Egipto, Jordânia, Arábia Saudita, Líbia, Síria, Sudão, Tunísia e Comores. Segundo dados recentes das Nações Unidas, estima-se em 1,8 milhões o número de deslocados no Iraque e em 2 milhões de iraquianos que fugiram do país, confrontando assim os Estados vizinhos com pressões nas suas fronteiras.

ASSASSINATOS DE MULHERES NA AMÉRICA CENTRAL

A deputada Edite Estrela foi nomeada relatora sombra para o relatório que será elaborado sobre "Os assassinatos de mulheres (feminicídios) na América Central e no México e o papel da União Europeia contra este fenómeno". O Parlamento Europeu irá adoptar propostas de acção para que a União Europeia contribua para erradicar aquele tipo de violência contra as mulheres. Edite Estrela tem interpelado diversas vezes a Comissão Europeia alertando para o desaparecimento e o assassinio de mulheres nos países da América Central, sobretudo no México e na Guatemala, onde muitos destes crimes não chegam sequer a ser investigados. A deputada considera que o comportamento das autoridades daqueles países é "um atentado aos direitos humanos e da mais aviltante e trágica discriminação das mulheres".

ABATE ILEGAL DE AVES RARAS

As espécies de aves ameaçadas e a caça primaveril em Malta suscitaram a preocupação do deputado Fausto Correia, que numa pergunta escrita à Comissão sublinhou o "descalabro cinegético" que ocorre naquele país, que abriu a época de caça contra as recomendações da União Europeia. Na pergunta enviada à Comissão, o deputado refere que Malta se encontra numa das mais importantes rotas migratórias trans-sahariana de aves selvagens na Europa. Segundo o deputado, o sinal de alarme foi dado com o abate de uma ave da espécie Tartaranhão-Pálido, *Circus macrourus*, extremamente ameaçada na Europa, calculando-se que não haja mais do que 50 casais.

MELHORAR VISIBILIDADE DO PE

Apresentar o Parlamento Europeu aos cidadãos e projectar o Parlamento a nível mundial, foram as prioridades que o vice-presidente daquela instituição, Manuel dos Santos, sublinhou numa intervenção em Bruxelas, no passado dia 29 e 30. O deputado defende uma nova política de comunicação que permita ultrapassar o défice de informação de que se queixam os cidadãos, designadamente através da melhoria do funcionamento dos gabinetes nacionais do PE, de uma relacionamento mais forte com os parlamentos nacionais e de uma ligação mais intensa às escolas.

PROGRAMAS JEREMIE E JESSICA RELEVANTES PARA APOIAR PME E RENOVAÇÃO URBANA

Os programas Jaspers, Jeremie e Jessica, geridos directamente pela Comissão Europeia, são instrumentos muito polivalentes de grande importância para o desenvolvimento de Portugal, particularmente das regiões com mais dificuldades, afirmou José Palma Andrés, director da Direcção-Geral de Política Regional da Comissão Europeia, numa audição promovida pela deputada Jamila Madeira, em Loulé, para discutir as potencialidades dos novos instrumentos de apoio à política de coesão e na qual participaram académicos, autarcas e responsáveis de instituições financeiras.

A audição, integrada no Fórum Europa-Portugal e com organização de Pedro Pimpão, pretendia precisamente apresentar as potencialidades daqueles três novos programas comunitários, que pretendem dar um contributo para a política de coesão, em domínios que os Estados-membros nem sempre escolhem como prioridades, a exemplo daquilo que aconteceu com as iniciativas comunitárias como o EQUAL, URBAN ou INTERREG.

O Programa Jeremie diz respeito a tudo o que tem a ver com a cadeia de empreendedorismo e inovação das PME. Este programa visa principalmente criar mecanismos financeiros diversificados para apoiar as PME, ultrapassando uma dicotomia que existiu nos QCA anteriores entre empréstimos e ajudas. Agora a ajuda tem uma componente de responsabilização, na medida em que terá de haver um reembolso do empréstimo. "Passa de ajuda a fundo perdido a capital reembolsável", afirma José Palma Andrés.

Para Jaime Andrez, do IAPMEI, "o capital de risco é aquele que mais precisa de ser melhorado, pelo que este programa



Jamila Madeira realizou uma audição sobre os programas comunitários para apoiar as PME e a renovação urbana

vai reforçar e credibilizar os financiamentos com estas características".

Quanto ao programa Jessica, trata-se de um instrumento de gestão e de valorização urbana, que contempla diversas vertentes de reabilitação e, portanto, de grande importância para todas as regiões do país.

Segundo José Palma Andrés, os novos programas representam um corte com o passado, na medida em que elegem novas prioridades e introduzem flexibilidade onde até agora havia rigidez. Além disso, trata-se de um tipo de programas que beneficia aqueles que primeiro apresentarem as candidaturas.

O Programa Jaspers está particularmente vocacionado para os Estados-membros que aderiram a partir de 2004.

O professor Hugo Pinto, da Universidade do Algarve, focou a sua intervenção na importância das redes e nos sistemas de inovação, tendo identificado cinco sectores fundamentais para o

desenvolvimento: turismo, agro-alimentar, tecnologias de informação e comunicação e multimédia, energias renováveis e ciências da vida.

Por sua vez, o presidente da CCDR Algarve, José Campos Correia, abordou a dicotomia entre coesão, onde a região conseguiu alguns progressos, e competitividade, onde a sua performance ficou aquém do necessário, colocando a esperan-

ça para ultrapassar os problemas nas orientações do QREN e dos programas operacionais que vão beneficiar a região, no âmbito dos quais existe uma verba de 674 milhões de euros, que permitirá um investimento público total na ordem dos 1000 milhões de euros.

Na fase de encerramento, a deputada Jamila Madeira mostrou-se confiante que as sementes que ali foram lançadas viessem a dar os seus frutos e José Apolinário, na qualidade de Presidente do Conselho Regional do Algarve, mostrou-se esperançado de que aqueles instrumentos "permitam criar outros patamares de discussão e desenvolvimento para a região", que ainda enfrenta, segundo disse, "sérios problemas de natureza social, falta de centros de decisão económica e fragmentação de interesses, particularmente a nível municipal.

Intervieram também o presidente da Direcção do NERA, Vítor Neto e Pedro Espírito Santo, do BES.

MEDIDAS MAIS RIGOROSAS PARA A PESCA NA ZONA NAFO

Levar a que os navios que operam no âmbito da NAFO (Organização de Pescarias do Noroeste do Atlântico) executem de forma mais eficaz um conjunto de medidas técnicas e de controlo da actividade relacionadas com o tamanho mínimo dos peixes, malhagens e outras exigências quanto à recolha de dados e fiscalização, são os principais objectivos do relatório do deputado Capoulas Santos, que pretende incorporar todo o acervo comunitário sobre esta matéria num só documento.

A NAFO, é uma organização internacional de que a União Europeia é parte contratante e permite aos seus membros utilizar oportunidades de pesca para além da sua Zona Económica Exclusiva, abrangendo a zona de alto mar do Noroeste Atlântico, onde a frota portuguesa de 13 navios captura palmeta, cantarilho e camarão.

Entre as propostas feitas por Capoulas Santos no seu relatório, particularmente para que haja uma maior protecção



Capoulas Santos é autor de um relatório sobre medidas técnicas e de controlo da actividade de navios na zona NAFO

dos habitats profundos, referência para uma maior efectividade na aplicação de sanções, disposições especiais relativas ao cantarilho e a proibição de exercer actividades de pesca de fundo em determinadas zonas. Refira-se que, entre as medidas previstas de controlo, está a existência de um sistema de localização de navios por satélite e o acolhimento a bordo de observadores imparciais.

Para o deputado, o processo de transposição para o Direito Comunitário das decisões adoptadas nas Organizações Regionais de Pesca é moroso, pelo que esse procedimento deveria ser alterado para o processo ser mais célere.

Com a proposta que agora está em discussão no Parlamento Europeu, pretende-se assegurar a eficaz execução destas medidas de conservação e execução, que entraram em vigor em Janeiro de 2004 e são obrigatórias para a Comunidade, bem como actualizar as disposições em vigor desde a adopção de anteriores regulamentos. Para tal, serão revogados os anteriores, substituindo-os por um regulamento único, sob a forma de pescar, decorrentes das obrigações da Comunidade como parte contratante da NAFO.

A NAFO é composta por 12 membros que incluem a União Europeia, Federação Russa, Japão, República da Coreia, Canadá, Cuba, Dinamarca, (ilhas Faroé e Gronelândia), Noruega, Islândia, Ucrânia e Estados Unidos da América.